

5104 - SOLICITA ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro a reabertura do Restaurante Popular de Campos de Goytacazes.

5105 - SOLICITA ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro a reabertura do Restaurante Popular de Duque de Caxias.

5106 - SOLICITA ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro a reabertura dos Restaurantes Populares do Município do Rio de Janeiro.

5107 - SOLICITA ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro a reabertura do Restaurante Popular de Nova Iguaçu.

5108 - SOLICITA ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro a reabertura do Restaurante Popular de Resende.

5109 - SOLICITA ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro a reabertura do Restaurante Popular de Volta Redonda.

Id: 2307968

Comissões

PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às onze horas e quatro minutos, realizou-se a segunda reunião extraordinária remota da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sob a presidência do Deputado Márcio Pacheco, com a presença virtual dos Senhores Deputados Rodrigo Amorim, Luiz Paulo, Carlos Minc e Rosenverg Reis, membros efetivos; Max Lemos, Mônica Francisco e Waldeck Carneiro, membros suplentes; Deputada Célia Jordão; Deputado Noel de Carvalho. O Deputado Márcio Pacheco, Presidente, declarou aberta a reunião, retirou de pauta o primeiro item e iniciou a discussão dos itens seguintes: Recurso de autoria do Deputado Delegado Carlos Augusto contra o parecer do relator Deputado Rodrigo Bacellar ao PROJETO DE LEI Nº 836/2019, de autoria do Deputado Delegado Carlos Augusto, que "INSTITUI A TAXA DE SEGURANÇA, FISCALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." Após discussão e votação, concluíram pelo NÃO ACOLHIMENTO DO RECURSO (votos dos Deputados Luiz Paulo, Waldeck Carneiro e Mônica Francisco, com voto divergente dos Deputados Márcio Pacheco e Rodrigo Amorim pela Constitucionalidade com emendas, concluindo por substitutivo); Recurso de autoria do Deputado Delegado Carlos Augusto contra o parecer do relator Deputado Rodrigo Bacellar ao PROJETO DE LEI Nº 837/2019, de autoria do Deputado Delegado Carlos Augusto, que "DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO ÀS TAXAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL". Após discussão e votação, concluíram pelo NÃO ACOLHIMENTO DO RECURSO (votos dos Deputados Luiz Paulo, Waldeck Carneiro e Mônica Francisco, com voto divergente dos Deputados Márcio Pacheco e Rodrigo Amorim pela Constitucionalidade com emendas, concluindo por substitutivo); Recurso de autoria do Deputado Delegado Carlos Augusto contra o parecer do relator Deputado Rodrigo Bacellar ao PROJETO DE LEI Nº 838/2019, de autoria do Deputado Delegado Carlos Augusto, que "DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO ÀS TAXAS DE SEGURANÇA, FISCALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO - TSFA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL-SEPOL". Após discussão e votação, concluíram pelo NÃO ACOLHIMENTO DO RECURSO (votos dos Deputados Luiz Paulo, Waldeck Carneiro e Mônica Francisco, com voto divergente dos Deputados Márcio Pacheco e Rodrigo Amorim pela Constitucionalidade com emendas, concluindo por substitutivo); Recurso de autoria do Deputado Delegado Carlos Augusto contra o parecer do relator Deputado Rodrigo Bacellar ao PROJETO DE LEI Nº 839/2019, de autoria do Deputado Delegado Carlos Augusto, que "DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO ÀS TAXAS DE SEGURANÇA, FISCALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO - TSFA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL-SEPOL". Após discussão e votação, concluíram pelo NÃO ACOLHIMENTO DO RECURSO (votos dos Deputados Luiz Paulo, Waldeck Carneiro e Rosenverg Reis, com voto divergente dos Deputados Márcio Pacheco e Rodrigo Amorim pela Constitucionalidade com emendas, concluindo por substitutivo); Recurso de autoria do Deputado Delegado Carlos Augusto contra o parecer do relator Deputado Alexandre Knoploch ao PROJETO DE LEI Nº 2163/2020, de autoria dos Deputados Rosenverg Reis e André Ceciliano, que "DISPÕE SOBRE A GARANTIA À ALIMENTAÇÃO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DAS AULAS, ENQUANTO PERDURAR O RECONHECIMENTO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM RAZÃO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS - COVID19, ATRAVÉS DE CRÉDITOS FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS EM APLICATIVOS ELETRÔNICOS DE PAGAMENTO, QUE FUNCIONE COMO "CARTEIRA DIGITAL". Após discussão e votação, concluíram pelo NÃO ACOLHIMENTO DO RECURSO (por unanimidade, com abstenção do Deputado Rosenverg Reis). Em prosseguimento, o Presidente retirou de pauta o Recurso de autoria do Deputado Rodrigo Amorim contra o parecer do relator Deputado Márcio Pacheco ao PROJETO DE LEI Nº 2968/2020, de autoria do Deputado Rodrigo Amorim, que "DISPÕE SOBRE O HOMESCHOOLING - EDUCAÇÃO DOMICILIAR - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATÉ QUE OFICIALMENTE SEJA DISPONIBILIZADA VACINA EFICAZ CONTRA A COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." Continuando a leitura: Reenvio de Plenário, pendendo de parecer desta Comissão ao PROJETO DE LEI Nº 2906/2020, de autoria do Deputado Leo Vieira, que "QUE ALTERA A LEI Nº 5502 DE 15 DE JULHO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO E RECOLHIMENTO DE SACOLAS PLÁSTICAS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS LOCALIZADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMO FORMA DE COLOCÁ-LAS À DISPOSIÇÃO DO CICLO DE RECICLAGEM E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE FLUMINENSE E ACRESCENTA O ARTIGO 98-A À LEI Nº 3467/2000" (sessão extraordinária do dia 16/12/2020). Durante a discussão, o Presidente retirou de pauta esta proposição. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 3107/2020, de autoria do Deputado Brazão, que "DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DE VALORES ADICIONAIS-TAXAS PARA EMISSÃO DE 1ª VIA DE DOCUMENTOS REQUERIDOS PELOS ESTUDANTES E/OU SEUS RESPONSÁVEIS" (sessão extraordinária do dia 16/12/2020). Durante a discussão, o Presidente retirou de pauta esta proposição. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 3539/2021, de autoria do Deputado Samuel Malafaia, que "INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS PÓS PANDEMIA NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (sessão extraordinária do dia 18/03/2021). PARECER: CONSTITUCIONALIDADE; EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 54/2011, de autoria do Deputado Bebeto do Tetra, que "ALTERA A LEI 3960/2002 DE 17 DE SETEMBRO DE 2002 NA FORMA QUE MENCIONA." PARECER: FAVORÁVEL À EMENDA; EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2283/2016, de autoria do Deputado Rosenverg Reis, que "OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A INSEIRIR NAS PLACAS DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO O SÍMBOLO

MUNDIAL DO AUTISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." PARECER: FAVORÁVEL À EMENDA Nº 02; FAVORÁVEL COM SUBEMENDA AGLUTINATIVA ÀS EMENDAS NºS 01 E 03; CONTRÁRIO ÀS EMENDAS NºS 04 E 05; EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2870/2017, de autoria do Deputado Átala Nunes, que "ALTERA A LEI Nº 7.354, DE 14 DE JULHO DE 2016, PARA ESTENDER OS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE - TDAH AOS PORTADORES DO TRANSTORNO DESAFIADOR OPOSITIVO - TDO, NA FORMA QUE MENCIONA." PARECER: FAVORÁVEL COM SUBEMENDA À EMENDA Nº 01; CONTRÁRIO ÀS EMENDAS NºS 02 E 03; EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 133/2019, de autoria dos Deputados Zeidan Lulla e Gustavo Tutuca, em que "ALTERA-SE A LEI ESTADUAL Nº 921, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1985, QUE "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS ATRATIVOS E DAS ÁREAS ESTADUAIS DE INTERESSE TURÍSTICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". PARECER: FAVORÁVEL ÀS EMENDAS, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO; EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 399/2019, de autoria do Deputado Rodrigo Amorim, que "ALTERA A LEI Nº 5645/2010 E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O "DIA DO ESPORTE ELETRÔNICO" QUE SERÁ COMEMORADO NO DIA 27 DE JUNHO." PARECER: FAVORÁVEL COM SUBEMENDA À EMENDA. Após discussão e votação, os pareceres foram aprovados. Tendo em vista o término do tempo reservado para vídeo conferência, o Deputado Márcio Pacheco, Presidente, encerrou a reunião, para que fosse lavrada a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim, Tatiana da Costa Guimarães, Secretária, e pelo Senhor Presidente. A reunião foi encerrada às onze horas e vinte minutos. Sala das Comissões, vinte e quatro de março de dois mil e vinte e um. (a) Tatiana da Costa Guimarães, Secretária; Deputado Márcio Pacheco, Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de março, às nove horas e trinta minutos, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N"/MD/nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Educação, com a presença dos Deputados Flávio Serafini - Presidente, Rubens Bomtempo - Vice-Presidente, Zeidan e Martha Rocha, membros efetivos e dos Deputados Waldeck Carneiro e Sérgio Fernandes, suplentes deste órgão técnico. Havendo número regimental, o Deputado Flávio Serafini agradeceu a presença de todos e declarou aberta a 1ª Reunião Extraordinária, conforme edital de convocação publicado em 17.03.2021. Em seguida, informou que a presente reunião tem por objetivo principal deliberar sobre vários temas de audiências públicas. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente comunicou que o edital seria republicado, pois foram omitidas as audiências públicas com a participação das universidades estaduais Uerj e Uenf, e sugeriu que a votação fosse feita em bloco, o que foi aceito por todos. A seguir, Sua Excelência colocou em pauta a deliberação das seguintes audiências públicas: - Audiência em conjunto com a Comissão de Saúde, para tratar sobre "As condições sanitárias e os desafios pedagógicos da rede SEEDUC em 2021." (sugestão da Dep. Martha Rocha); - Audiência em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, para tratar sobre avaliação das iniciativas pedagógicas implementadas em 2020 pela FAETEC e retorno das atividades em 2021" (sugestão do Dep. Waldeck); - Audiência para tratar sobre "As condições sanitárias e os desafios pedagógicos da rede privada de ensino em 2021."; - Apresentação do Relatório Anual das Atividades do Conselho Estadual de Educação, em cumprimento ao art. 4º da Lei de Responsabilidade Educacional (Lei nº 5451/2009); - Audiência sobre a pauta econômica/salarial dos Profissionais da Educação vinculados à Secretaria de Estado de Educação - Seeduc; - Audiência em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, para apresentação do Relatório Anual das Atividades da Fundação de Apoio à Escola Técnica no Estado do Rio de Janeiro - Faetec, em cumprimento ao art. 1º da Lei de Responsabilidade Educacional (Lei nº 5451/2009) e pautas da Faetec; - Audiência em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia sobre os desafios institucionais da Fundação CECIERJ em 2021; - Apresentação do Relatório Anual das Atividades Secretária de Estado de Educação - Seeduc, em cumprimento ao art. 1º da Lei de Responsabilidade Educacional (Lei nº 5451/2009); - Audiência em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, com a participação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF; - Audiência em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, com a participação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; - Audiência em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, com a participação da Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO; - Audiência sobre Educação Integral, legado e a atual situação dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs - no Estado do Rio de Janeiro; - Audiência sobre a Proposta Curricular do Novo Ensino Médio pela Secretaria de Estado de Educação - Seeduc. Na forma regimental, foi feita a tomada de votos, tendo sido aprovada a realização das referidas audiências públicas, por unanimidade, pelos Senhores Deputados presentes. Prosseguindo, foi colocado em votação o segundo ponto da pauta, que trata sobre a deliberação da criação de GT promovido pela Comissão de Educação, para analisar a proposta de Novo Ensino Médio na Secretaria de Estado de Educação - Seeduc. Na forma regimental, foi feita a tomada de votos, tendo sido aprovada, pelos Senhores Deputados. Nada mais havendo a tratar e, como ninguém quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a participação e empenho de todos e deu por encerrada a reunião extraordinária, da qual, eu, Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões (meios digitais), em dezesseis de março de dois mil e vinte e um. (a) Lucia Helena C.N. da Gama, Secretária; Deputado Flávio Serafini - Presidente.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dez, na sala trezentos e dezesseis do Palácio Tiradentes, por meios digitais (plataforma zoom), conforme Art. 6º do Ato "N"/MD/nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, com a presença dos senhores deputados Martha Rocha, Delegado Carlos Augusto, Coronel Salema, Renato Zaca e Márcio Canella, membros efetivos deste órgão técnico. Havendo número regimental, nos termos do artigo 35 do Regimento Interno, assumiu a presidência a Deputada Martha Rocha, que deu por abertos os trabalhos e informou destinar-se a presente reunião à instalação da comissão, eleição do presidente e do vice-presidente. A Senhora Deputada Martha Rocha apresentou o nome do Deputado Delegado Carlos Augusto, para presidente e o nome do Deputado Coronel Salema para a vice-presidência. Em votação as indicações, após tomada nominal dos votos, foram eleitos por unanimidade dos presentes. Já empossado, fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente, Deputado Delegado Carlos Augusto agradeceu a confiança de todos e firmou compromisso de permanecer conduzindo os trabalhos com total transparência no processo decisório. Fazendo uso da palavra, o Deputado Coronel Salema também agradeceu sua eleição e manifestou sua intenção de auxiliar os trabalhos com todos os esforços necessários, como já vinha fazendo no biênio anterior. Todos os deputados presentes fizeram uso da palavra, congratulando-se com os recém-eleitos, propondo-se a contribuir com os trabalhos. Retomando a palavra, o Senhor Presidente anunciou que as reuniões ordinárias serão realizadas às quintas-feiras, 10 horas, lembrando, contudo, que, em virtude do momento de calamidade sanitária, serão seguidas todas as orientações da presidência da Casa, no que tange aos cuidados preventivos e de contenção da pandemia, razão pela qual propôs a realização de reuniões quinzenais para apreciação de matérias técnicas. Isto posto, Sua Excelência informou, que a servidora Jackeline Correa Marins, matrícula 201.523-8, permanecerá secretariando os trabalhos da comissão, após o que suspendeu os trabalhos para que fosse la-

vrada a presente Ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada e segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, em cinco de abril de dois mil e vinte e um. (a) Jackeline Correa Marins, Secretária; e Deputado Delegado Carlos Augusto, Presidente.

COMISSÃO DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às onze horas, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N"/MD/nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a COMISSÃO DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, com a presença dos Senhores Deputados Mônica Francisco - PSOL, Enfermeira Rejane - PC do B, Dionísio Lins - PP e Chico Machado - PSD, membros efetivos deste órgão técnico. De acordo com o artigo 35 do Regimento Interno, assumiu a presidência o Deputado Dionísio Lins, que declarou haver número legal e iniciou os trabalhos, explicando que esta reunião tem por objetivo eleger o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão, tendo sido indicados os nomes da Deputada Mônica Francisco, para Presidente e da Deputada Enfermeira Rejane, para Vice-Presidente. Após a tomada nominal de votos, foram os mesmos eleitos. A seguir, a Deputada Mônica Francisco, já empossada, agradeceu a sua eleição para o cargo agradeceu a confiança de todos e firmou compromisso de permanecer conduzindo os trabalhos norteada pelos princípios da democracia e, em seguida, propôs que as reuniões ordinárias sejam realizadas às quintas-feiras, às onze horas e trinta minutos, na sala trezentos e dezesseis do Palácio Tiradentes, o que foi aceito por todos. Prosseguindo, a Senhora Presidente fez um breve relato sobre as ações realizadas pela Comissão nos dois últimos anos, destacando que foi entregue a todos os deputados um relatório das atividades da comissão, do período de 2019 e 2020. Sua Excelência comunicou ainda que, na próxima quinta-feira será realizada uma reunião extraordinária, às dez horas, para deliberação de audiências públicas. Prosseguindo, a Senhora Presidente solicitou aos demais Deputados que encaminhem para a Comissão sugestões de temas para realização de audiências públicas, para que possam ser incluídas na pauta da reunião. Em prosseguimento, foi concedida a palavra à Deputada Enfermeira Rejane, que agradeceu a sua eleição. Em seguida, foi franqueada a palavra a todos os Deputados presentes, que parabenizaram o Presidente e Vice-Presidente eleitos. Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, Sua Excelência agradeceu a presença de todos e suspendeu a reunião para que eu, Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, Secretária "ad hoc", matrícula 201.127-8, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata, que segue assinada por mim e pela Senhora Presidente, sendo a reunião encerrada em seguida. Sala das Comissões (meios digitais), em cinco de abril de dois mil e vinte e um. (a) Lucia Helena C. N. da Gama - Secretária "ad hoc"; (a) Deputada Mônica Francisco - Presidenta.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A QUEDA NA ARRECAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO REFERENTE ÀS RECEITAS COMPENSATÓRIAS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS.

(RESOLUÇÃO Nº 372/2021)

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Às dez horas do dia dezoito de março de dois mil e vinte e um, via Plataforma Zoom, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pela Resolução nº 372/2021, sob a coordenação do Senhor Deputado Luiz Paulo - CID e contando com a presença dos Senhores Deputados Chico Machado - PSD, Márcio Pacheco - PSC, Noel De Carvalho - PSDB e Waldeck Carneiro - PT, Membros Titulares e do Senhor Deputado Dionísio Lins - PP, membro suplente. Abrindo os trabalhos, o Senhor Deputado Luiz Paulo comunicou que não se encontravam presentes, mas apresentaram justificativa e deixaram consignados seus votos para a vice-presidência e para a relatoria, as Senhoras Deputadas titulares Martha Rocha e Célia Jordão e os Senhores Deputados suplentes, Rodrigo Bacellar, Alexandre Freitas e Carlos Macedo. Em seguida, comentou que o objetivo desta sessão seria a eleição do Vice-Presidente e do Relator, sugerindo o nome do Senhor Deputado Chico Machado para a Vice-Presidência. Colocada a proposta em votação, foi o nome do Deputado aprovado por unanimidade dos presentes e daqueles que apresentaram seus votos nas justificativas das ausências. Com a palavra o Vice-Presidente eleito, falou sobre a importância da Comissão que será presidida pelo Deputado Luiz Paulo, um dos maiores conhecedores do assunto no Parlamento; citou que a CPI irá a fundo no assunto, facilitando o acesso a documentos como a planilha de custos da Petrobras e que será feito um trabalho que trará respostas a vários questionamentos, agradecendo a confiança nele depositada e mencionando que irá levar por toda a vida a convivência com pessoas tão conhecedoras do assunto. Após, o Senhor Deputado Luiz Paulo explicou que sugeriu o nome do Deputado Chico Machado para a Vice-Presidência, por ele já ter experiência em função dessa envergadura e ser o representante da Bacia de Campos. A seguir, sugeriu para a Relatoria, o nome do Senhor Deputado Márcio Pacheco, que também teve seu nome aprovado por todos, e o Relator eleito, em sua fala, destacou que será uma Comissão de muito trabalho, mas que se sentia honrado pelo desafio e por poder contar com a contribuição dos Deputados Luiz Paulo, Chico Machado que é de Macaé, grande produtora de petróleo, do Deputado Waldeck Carneiro que é um professor e do Deputado Noel de Carvalho que milita no assunto há bastante tempo e que a Comissão não terá caráter punitivo, mas sim propositivo no sentido de aumentar a arrecadação do Estado e que seu resultado será uma marca histórica deste mandato. Logo após, fizeram uso da palavra os Senhores Deputados Waldeck Carneiro, Noel de Carvalho e Dionísio Lins, enaltecendo a presidência da Casa pela criação da CPI e as escolhas para a Vice-Presidência e para a Relatoria. Dando prosseguimento, o Deputado Luiz Paulo, explicou que, por uma questão democrática, apesar de ser coautor do Requerimento de criação da CPI, iria submeter aos demais membros a sua indicação como Presidente, colocando seu nome em votação. Apurados os votos, foi ratificado seu nome para Presidente, por unanimidade. Com a palavra os membros presentes, elogiaram a atuação do Deputado Luiz Paulo por razões tais como, conhecimento da matéria, referência no Parlamento sobre o assunto e interesse público. Encerradas as eleições, fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado Luiz Paulo solicitou que os demais membros e as assessorias, atentassem para a legislação que regerá os trabalhos, citando a Lei Federal 1579/52, que define a competência das Comissões Parlamentares de Inquérito, principalmente o Art. 2º; a Lei 5139/2007 e a Resolução 12/2014 da Agência Nacional do Petróleo. Após, comentou que esta CPI estava sendo instalada por um ato de vontade do Presidente da Casa, seu principal proponente, respaldado em observações obtidas cotejando as arrecadações do primeiro bimestre de 2021 com o de 2020, em face ao preço do dólar e do barril de petróleo, tendo concluído que houve uma queda absurda, decidindo pela criação da CPI. Prosseguindo, falando sobre as regras a serem seguidas pela Comissão, citou que ela terá inúmeros adversários, principalmente nas concessionárias de petróleo e gás e, para evitar conflitos jurídicos, é importante que ela cumpra todos os princípios da legalidade. Para tal será necessário que todas as solicitações, assim como todas as convocações sugeridas, sejam acompanhadas das suas justificativas e serão submetidas ao pleno da Comissão. Citou que irá colocar em votação, na próxima sessão, um plano de trabalho que irá expor de onde ele começará e aonde chegará, bem como a deliberação das primeiras oitivas. Acrescentou que os trabalhos serão divididos em dois grandes segmentos: oitivas e pedidos de documentos e as oitivas serão divididas em três grupos: 1) órgãos fiscalizadores (ANP, SEFAZ, TCE, MP); 2) Instituições e especialistas em petróleo e gás, como por exemplo sindicatos, FIRJAN e IBP e, por último, as concessionárias. Continuando, comunicou que o Doutor Rodrigo Lopes Lourenço será o assessor jurídico da CPI; que, os assessores dos Deputados serão